SOMUS e SUSTAIN: Justiça Social e Sustentabilidade na Agenda Institucional do ICOM

Marcelo Lages Murta¹ e Nathália Pamio Luiz²

SOMUS and SUSTAIN: Social Justice and Sustainability in ICOM's Institutional Agenda

1. Introdução

O Relatório Anual do Conselho Internacional de Museus (ICOM), publicado em agosto de 2025, revela a vastidão e abrangência da rede internacional de profissionais de museus e instituições museológicas, que reúne mais de 60.000 membros (sendo 93% membros individuais e 7% membros institucionais), distribuídos por 120 Comitês Nacionais em 139 países e territórios. A rede segue em crescimento, com 5,6% de expansão entre 2023 e 2024 (ICOM, 2025). Os mais recentes documentos internacionais referentes aos museus enfatizam que o setor deve estar unido pela convicção no poder transformador dos museus, entendidos como instituições que não apenas preservam a memória, mas que também desempenham um papel ativo na construção de um futuro com paz, justiça social e desenvolvimento sustentável. Essa missão partilhada torna-se mais robusta quando assumida coletivamente. Nesse sentido, cabe aos Comitês Nacionais, Comitês Internacionais, Alianças Regionais e Organizações Afiliadas inscrever-se e difundir esta visão, fortalecendo, com empatia, convicção e colaboração transnacional, o compromisso essencial do ICOM com a sociedade.

A 27ª Conferência do ICOM, a ser celebrada em Dubai no presente ano de 2025, terá a estreia de dois novos comitês: o Comitê Internacional para a Museologia Social (SOMUS) e o Comitê Internacional sobre Museus e Desenvolvimento Sustentável (SUSTAIN). Os dois comitês nascem de demandas históricas que rondam o mundo dos museus há décadas, reivindicações que, nas ondas da contracultura e dos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970, foram encaminhadas de diversas maneiras – associadas aos movimentos de independência, aos processos de descolonização, às lutas de movimentos sociais, e outros enfrentamentos. A chegada ao momento atual representa a projeção de futuros mais justos – seja na justiça social, na ação climática ou em processos programáticos de desenvolvimento sustentável.

Nesse ponto, eventos e documentos como a Conferência de Estocolmo (ONU, 1972), a Mesa de Santiago (UNESCO, 1972), a Convenção do Patrimônio Mundial (UNESCO, 1972), o Relatório MacBride (UNESCO, 1980), a Declaração de Quebec (1984), o Mondiacult (UNESCO, 1982), o Relatório Brundtland

¹ **Marcelo Lages Murta** é Doutor em Museologia e Mestre em Cooperação Internacional e Desenvolvimento. Pesquisador da Universidade Lusófona, possui mais de 15 anos de experiência internacional junto à UNESCO, PNUD, OEI, União Europeia e governos nacionais na América Latina, África, Europa e Pacífico Sul. Em 2025, foi nomeado membro do júri do ICOM Award for Sustainable Development Practice in Museums, organizado pelo Conselho Internacional de Museus. <https://orcid.org/0000-0002-7614-302X>, mlmurta@gmail.com

² **Nathália Pamio Luiz** é Gestora de Projetos do Programa de Cooperação Internacional Ibermuseus e Pesquisadora com Doutorado em Museologia, atuando como investigadora colaboradora com foco em "Museus como Tecnologia Social" no CeIED, por meio da Cátedra UNESCO "Educação, Cidadania e Diversidade Cultural" e do Departamento de Museologia da Universidade Lusófona. Pós-graduada em Gestão Estratégica de Museus e Centros de Patrimônio pela Universidade de Girona (2021–22). Membro da Direção do ICOM Portugal (2023–26) e da Direção do MINOM Internacional (2024–27). [<https://orcid.org/0000-0002-7176-8311>, nathalia.pamio@gmail.com]

(1987), a ECO-92, o Protocolo de Kyoto (ONU, 1997), a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003), a Convenção Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (UNESCO, 2005), a Declaração de Salvador (Ibermuseum, 2007), a Convenção de UNESCO de 2005, a Recomendação da UNESCO de 2015, dentre outros, conectam-se ao desenvolvimento conceitual dos ecomuseus e da nova museologia, e confluem nos processos museológicos contemporâneos e suas correlações com as agendas de desenvolvimento sustentável. Tais processos associam-se diretamente a eventos como as recentes edições do Mondiacult (2022 e 2025), a nova definição de museus debatida em Kyoto e aprovada em Praga (ICOM, 2019; 2022) e os novos compromissos éticos discutidos no âmbito do ICOM.

A criação do SOMUS e do SUSTAIN reflete a conexão do ICOM com os temas mais relevantes da contemporaneidade, abordando aspectos associados ao desenvolvimento, à justiça social, à coesão e à sustentabilidade, alinhados com a Agenda 2030, e empenhados em processos multilaterais. Este artigo pretende contribuir com o debate sobre as redes de museus e seus profissionais, ao discutir a conformação dos dois comitês, considerando as suas origens e suas distribuições geográficas, e demonstrar possibilidades de ação articulada do SOMUS e do SUSTAIN nos diversos espaços de discussão do ICOM, de maneira a fortalecer as suas ações frente aos desafios contemporâneos. Busca-se, assim, potencializar o espectro de ação dos dois comitês, conectados a espaços e redes regionais – seja na América Latina, Europa, África, Ásia e Oceania, ou em grupos de países com demandas específicas, como nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID/SIDS) e em regiões mais diretamente afetadas pelas mudanças climáticas, como no Pacífico Sul.

2. Antecedentes: processos culturais, sociais e políticos nos anos 1960 e 1970

Os discursos contemporâneos sobre o desenvolvimento sustentável e sobre a atualmente reconhecida museologia social surgiram de forma mais estruturada a partir das décadas de 1960 e 1970, em meio às crescentes preocupações com os limites ecológicos do crescimento econômico-industrial e às críticas ao modelo desenvolvimentista hegemônico do pós-guerra. Nesse período, movimentos sociais e políticos conectaram-se desde as suas bases comunitárias e nacionais até o estabelecimento de marcos internacionais no âmbito das Nações Unidas. Políticos, ativistas, acadêmicos e líderes dos mais diversos setores reuniram-se em eventos como a Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano (1972), marco inicial da governança ambiental internacional, e em diversos outros fóruns que evidenciavam a efervescência daquele momento de contestações ilustrado pelas ações de movimentos sociais, pela contracultura, e pelos processos independentistas e de emancipação. No mesmo ano, o setor museal e a UNESCO articularam-se para a organização da Mesa de Santiago do Chile (1972), que é considerada a principal referência conceitual e política onde se discutiu a função social dos museus, vinculando as instituições ao desenvolvimento local, à educação permanente e à resolução de problemas sociais e culturais. O encontro marcou a transição para o conceito de Museu Integral, com forte dimensão comunitária, e abriu espaço para que experiências de base social na América Latina, no Canadá, na França e em Portugal se organizassem em torno de novas práticas museológicas.

Nos anos 1980, o conceito de desenvolvimento sustentável foi fortalecido pelo Relatório Brundtland (1987), que o definiu como a satisfação das necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações, estabelecendo o tripé ambiental, social e econômico da sustentabilidade. A noção de desenvolvimento ultrapassou, já nesse contexto, a sua vinculação unicamente economicista, e complexificou-se pela necessidade de compreensões de cada contexto interno associado à percepção de problemas e necessidades compartilhados, que integravam o local e o global de maneira indissociáveis. No campo da cultura, em 1980 foi publicado o Relatório MacBride, sob a coordenação de Seán MacBride, laureado com o Prêmio Nobel da Paz em 1974. O documento diagnosticou profundas assimetrias nos campos da informação, da comunicação e da cultura (Quirós Fernández, 2005). Dois anos depois, o Mondiacult de 1982 acolheu esse contexto crítico e o expandiu para o âmbito das políticas culturais, debatendo conceitos-chave como cultura, identidade, democracia, cooperação e desenvolvimento, em meio a intensas disputas políticas. Quatro décadas mais tarde, o Mondiacult 2022 retomou esse legado ao reafirmar a cultura como bem público global – uma agenda que se projeta no Mondiacult 2025, orientado à governança global da cultura e à formulação de políticas capazes de enfrentar desafios contemporâneos como desigualdades, mudanças climáticas e digitalização.

O nascimento dos ecomuseus e da museologia social deve ser entendido em um contexto de contestação institucional e de articulação internacional que se inicia na década de 1970 e se desenrola nos anos 2000. As ideias de desenvolvimento endógeno, desenvolvimento integral e multidimensional estão intimamente ligadas à ideia do museu integral, consagrada na Mesa de Santiago, em 1972. Essas interconexões são importantes para a percepção do contexto de maneira ampla e a compreensão sobre a emergência de conceitos como 'ecomuseu', 'museu de território', 'museu comunitário', 'museu de bairro', 'museu social', dentre outros. Nos mesmos anos 1980 em que os conceitos em torno da sustentabilidade estavam em intensa discussão, parte da comunidade museológica passou a criticar o caráter excludente do ICOM e seu comitê de museologia (ICOFOM), que marginalizava experiências alternativas. A reação levou ao I Ateliê Ecomuseus/Nova Museologia, realizado em 1984 no Ecomuseu Haute-Beauce (Québec), e à Declaração de Québec, que propôs um movimento alternativo, consolidado em Lisboa em 1985 com a criação do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM). Este processo foi reforçado por documentos como a Declaração de Oaxtepec (1984), no México, enfatizando a tríade território – patrimônio – comunidade, e pelo ativismo de intelectuais como Pierre Mayrand, que denunciavam a rigidez institucional e a baixa repercussão das resoluções da Mesa de Santiago.

A partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro – ECO92 (1992), a incorporação da sustentabilidade em políticas multilaterais e instrumentos normativos fez-se mais presente. A Agenda 21 consolidou-se como eixo das discussões sobre globalização, equidade e meio ambiente, com a institucionalização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM em 2000. De 2015 em diante, em processos que renderam críticas à efetividade das ações tomadas e dos seus resultados, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS (2015) e a Agenda 2030 foram estabelecidos de maneira ainda mais abrangente, com a vinculação do desenvolvimento sustentável aos direitos humanos, à igualdade de gênero, à mitigação da mudança climática, à justiça social, à paz, dentro outros. Atualmente, a sustentabilidade constitui um paradigma transversal de políticas públicas e estratégias empresariais, que adotam os ODS como diretriz normativa frente às crises ecológicas e civilizatórias do Antropoceno.

Essa trajetória desembocou em um fortalecimento de redes e movimentos sociais museológicos, que encontraram na América Latina um campo fértil de práticas comunitárias e no espaço ibero-americano um lugar de cooperação política. A Declaração de Salvador (2007), elaborada durante um encontro internacional de profissionais de museus e de movimentos sociais no Brasil, retomou as bases da Mesa de Santiago e das convenções culturais da UNESCO para estruturar um plano de ação que deu origem ao Programa Ibermuseus. O documento reafirmou os museus como práticas sociais vinculadas à democracia, à diversidade cultural e aos direitos humanos, consolidando o papel da museologia social como eixo de políticas culturais regionais e de cooperação internacional. Esses processos deram fôlego para o surgimento de referências multilaterais, explicitadas na Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade (UNESCO, 2015). Nesse ponto, ainda que todos os comitês ICOM já empreendessem alguma discussão em torno da sustentabilidade e da função social dos museus, o tempo era oportuno para a institucionalização de comitês com discussões mais específicas, em torno de temas sociais e políticos contemporâneos.

3. SOMUS e SUSTAIN: respostas institucionais contemporâneas a demandas históricas

O estabelecimento do SOMUS – Comitê Internacional para a Museologia Social representa um marco histórico na legitimação internacional das práticas museológicas voltadas à cidadania, à diversidade e à justiça social. Sua origem recente remonta às décadas anteriores, mas concretiza-se em mobilizações iniciadas em janeiro de 2022, quando mais de 200 profissionais e apoiadores de 30 países e quatro continentes, em associação com Comissões nacionais do ICOM, como as do Brasil e do Chile, formaram um Grupo de Trabalho (GT) para elaborar a proposta de criação de um comitê dedicado à museologia social. A proposta foi apresentada em agosto de 2022, reivindicando a integração de museus comunitários, ecomuseus, museus de favela, LGBTQI+, de bairro e outras iniciativas interseccionais como parceiros legítimos dentro da "família museológica" do ICOM, e sublinhando a urgência em reconhecer o papel de comunidades e indivíduos periféricos na defesa da cultura e dos direitos humanos. A resposta favorável veio em março de 2023, quando o Comitê Executivo do ICOM, durante a sua 165ª Sessão, aprovou a constituição do SOMUS. A primeira

Assembleia Geral do Comitê ocorreu em 22 de março de 2024, no Museu da República (Rio de Janeiro), durante a 1ª Conferência Internacional de Museologia Social. Nesse encontro, foram eleitos os membros dos conselhos diretores, principalmente com representantes latinos e ibero-americanos, dado o vínculo da região com a museologia social.

O ICOM SUSTAIN – Comitê Internacional para Museus e Desenvolvimento Sustentável surgiu como resposta à necessidade de alinhar a agenda museológica internacional aos desafios globais definidos pela Agenda 2030 da ONU e pelo Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas. Sua trajetória iniciou-se em 2018, com a criação de um Grupo de Trabalho sobre Sustentabilidade dentro do ICOM, que operou até 2022 reunindo profissionais e comitês nacionais em torno da ambição de integrar os ODS às práticas museológicas. Esse grupo buscou traduzir para o campo dos museus a crescente demanda por respostas institucionais diante da crise climática, da desigualdade social e da necessidade de fortalecer a resiliência comunitária. O SUSTAIN inclui os processos sociais, ambientais e econômicos nas suas agendas, no sentido de enfrentar os desafios contemporâneos de maneira alinhada às discussões da agenda verde e da economia azul. Em 2023, após a sua criação, o SUSTAIN recebeu a incumbência de apoiar o ICOM na implementação do Plano de Ação e Quadro de Desenvolvimento Sustentável, estruturado a partir dos cinco pilares da Agenda 2030, representado nos 5 “P’s”: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias. O mandato do SUSTAIN envolve não apenas fomentar iniciativas sustentáveis já existentes, mas também incentivar novos projetos, conectando membros e comitês ao redor do mundo e difundindo práticas que promovam sociedades mais justas, inclusivas e ambientalmente equilibradas.

A criação dos comitês SOMUS e SUSTAIN deve ser compreendida como a materialização de agendas que, desde as mobilizações críticas dos anos 1970, reivindicam uma museologia plural, comprometida com a justiça social e com a sustentabilidade. Enquanto o SOMUS dá continuidade às lutas representadas pela Mesa de Santiago (1972), ao reconhecer e integrar experiências comunitárias e participativas no seio do ICOM, o SUSTAIN consolida esforços iniciados também na década de 1970, pela agenda ambiental, articulando o campo museológico às pautas globais do desenvolvimento sustentável e da ação climática. Ambos os comitês representam, assim, uma reorientação estratégica da agenda museológica internacional, aproximando-a dos desafios contemporâneos da inclusão social, da diversidade cultural, da ação climática e do enfrentamento das desigualdades. Ao institucionalizá-los, o ICOM não apenas legitima uma trajetória de práticas insurgentes e inovadoras, mas também projeta os museus como agentes sociais de mudança, comprometidos com a dignidade humana, com a proteção do planeta e com a construção de sociedades mais justas, plurais e resilientes.

4. A representatividade geográfica e regional dos novos comitês

A formação do SUSTAIN e do SOMUS revela dinâmicas distintas e complementares, com especificidades regionais sobre os rumos da museologia contemporânea. Os dois comitês possuem um alto número de adesões iniciais, com representantes de 46 países. Observar a representatividade regional em ambos os comitês permite compreender como tradições históricas, movimentos sociais e agendas internacionais foram decisivos para moldar as suas bases. A distribuição de membros ultrapassa a dimensão quantitativa e reflete diferentes genealogias: por um lado, o SUSTAIN apresenta enraizamento nas agendas verdes e de desenvolvimento sustentável dos países nórdicos, europeus, do Brasil, e com capilaridade na Ásia e África; o SOMUS, por outro lado, sustenta-se por décadas de práticas comunitárias e de demandas por justiça social, principalmente na América Latina, desde a Mesa de Santiago de 1972 até a emergência do Programa Ibermuseus nos anos 2000.

A tabela seguinte ilustra esse processo: o SUSTAIN conta com representantes de 4 dos 5 países nórdicos (Dinamarca, Islândia, Noruega e Suécia, e apenas a Finlândia está fora da lista), enquanto o SOMUS não possui adesões desses países. No caso da América Latina, o SUSTAIN possui adesões apenas do Brasil e da Costa Rica, enquanto o SOMUS reúne adesões de 14 países latino-americanos. Portugal, Espanha, França, Itália e Inglaterra estão representados em ambos os comitês, o que demonstra a força dos debates museológicos desses países e abre possibilidades de interlocução direta na Europa. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar a atuação de Portugal e Espanha, que mantêm profunda interlocução com a América Latina, dadas as heranças coloniais e os frutíferos processos de trabalho no âmbito, por exemplo, do Programa Ibermuseus, que fortalece essas redes ibero-americanas e abre possibilidades de cooperação entre tais países no contexto das redes regionais.

Número de adesões iniciais aos novos comitês						
País	SUSTAIN	SOMUS		País	SUSTAIN	SOMUS
Alemanha	7	0		EUA	2	4
Argentina	0	17		Filipinas	1	0
Austrália	5	0		França	27	3
Áustria	3	0		Grécia	0	2
Barbados	0	1		Índia	1	0
Bélgica	0	5		Islândia	1	0
Benim	3	0		Itália	9	4
Bolívia	0	3		Japão	3	0
Brasil	9	90		Marrocos	2	0
Burkina Faso	1	1		México	0	5
Canadá	0	5		Noruega	2	0
Chile	0	8		Países Baixos	4	1
China	2	0		Peru	0	7
Colômbia	0	7		Portugal	1	17
Coréia do Sul	2	0		Quênia	3	0
Costa Rica	1	2		Reino Unido	6	1
Cuba	0	3		República Dominicana	0	1
Dinamarca	3	0		Senegal	2	0
Egito	0	1		Suécia	2	0
El Salvador	0	1		Suíça	2	1
Equador	0	6		Taiwan	1	0
Espanha	8	4		Venezuela	0	1
Estônia	2	0		Zâmbia	1	0
TOTAL					116	201

Tabela 1: Distribuição de membros – SOMUS e SUSTAIN. Fonte: ICOM/SOMUS/SUSTAIN³. Elaboração própria.

Ainda que a participação africana e asiática seja restrita, observa-se que 6 países de cada continente estão representados no SUSTAIN, enquanto o SOMUS apresenta apenas uma representação mínima da África (dois países). Cumpre salientar, ademais, a baixa representatividade de países insulares em desenvolvimento (PEID/SIDS). O SUSTAIN não conta com nenhum representante desses países, ao passo que o SOMUS inclui apenas Barbados, Cuba e República Dominicana entre seus membros. Convém ressaltar que os Estados insulares do Pacífico permanecem sem representação em ambos os comitês. Os países insulares em desenvolvimento, assim como os africanos, são prioritários nas agendas de desenvolvimento das Nações Unidas, porém não possuem protagonismo nos novos comitês. Esse ponto deve ser sublinhado como uma fragilidade a ser trabalhada em processos futuros, para a integração efetiva desses países nas agendas de desenvolvimento sustentável e de garantia de justiça social e climática.

Outro ponto de discussão diz respeito ao país com mais participantes em cada um dos comitês. A França aparece como o país com maior número de representantes no SUSTAIN, enquanto o Brasil é de longe o país com mais adesões ao SOMUS. Uma das hipóteses dessa representatividade relaciona-se ao protagonismo europeu em discussões ambientais associadas à sua agenda verde e de transição energética, e

³ Dados de consultas aos documentos disponíveis nos websites oficiais do ICOM em 18/08/2025 e mediante contato direto com o ICOM. No caso do SOMUS, trata-se da lista inicial de apoio e subscrição. Ainda que possa haver diferenças no número de membros depois dos primeiros meses de funcionamento dos comitês, esses números ilustram a diversidade regional dos comitês no momento da coleta de dados para este artigo.

O SOMUS, por sua vez, tem raízes distintas: sua formação remonta à Mesa de Santiago (1972) e às experiências de museologia social e comunitária que floresceram na América Latina, conectadas diretamente com a criação do MINOM no Canadá e em Portugal, e o posterior nascimento do Programa Ibermuseus após a Declaração de Salvador, em 2007. Essa genealogia explica o protagonismo atual da região ibero-americana dentro do comitê, com destaque para o Brasil, cuja mobilização se conecta diretamente às práticas de museus comunitários, de favela, de bairro e de povos indígenas. A centralidade latino-americana confere ao SOMUS não apenas densidade numérica, mas também uma legitimidade construída a partir de experiências concretas de resistência cultural e social, hoje reconhecidas no espaço institucional do ICOM.

5. Considerações finais: perspectivas futuras para trabalhos de convergência do SOMUS e do SUSTAIN no marco da Agenda 2030

Os comitês SOMUS e SUSTAIN, embora tenham origens e trajetórias distintas, compartilham um terreno fértil de complementaridades que pode se traduzir em processos conjuntos no marco da Agenda 2030. O SOMUS emerge de um contexto marcadamente ibero-americano, fortemente influenciado por experiências de cooperação horizontal e pelo compromisso histórico com a justiça social e a coesão comunitária. Já o SUSTAIN tem raízes mais vinculadas ao espaço europeu – com especial protagonismo francês, italiano, nórdico e alemão – e uma capilaridade que se estende ao Brasil, alicerçada em redes acadêmicas e institucionais consolidadas, assim como a regiões da África e da Ásia. A convergência entre ambos deve buscar articulações estratégicas, uma vez que os dois comitês se aproximam ao interpretar os museus e as políticas culturais como vetores de transformação alinhados ao desenvolvimento sustentável.

A partir de uma reflexão comparativa, destacam-se as convergências entre o SOMUS e o SUSTAIN, apesar de suas trajetórias distintas. O SOMUS coloca a dimensão social da sustentabilidade como central, tratando os aspectos econômicos, sociais e culturais como prioridades urgentes em contextos em que estes permanecem frágeis, com especial atenção à proteção dos direitos humanos. O SUSTAIN, por sua vez, confere ênfase relativamente maior à dimensão ambiental, frequentemente em cenários onde estão presentes bases econômicas e sociais mais sólidas, juntamente com marcos de direitos humanos bem estabelecidos. Nesses contextos, estruturas robustas de bem-estar social criam condições favoráveis para o avanço de agendas como transições energéticas e outras soluções ambientais. Ademais, contribuições do Sul Global – como os países latino-americanos, que vêm impulsionando agendas de sustentabilidade por meio do Programa Ibermuseus, e o Brasil, com forte representação em ambos os comitês e em debates específicos sobre museus, sustentabilidade e questões sociais – poderiam ampliar os impactos positivos dos museus ao promover sinergias e convergências. Em ambas as abordagens torna-se evidente que a dimensão social é transversal, inseparável da dimensão política que assegura coerência e resiliência ao longo do tempo.

Nesse sentido, salienta-se que a compreensão dos museus como tecnologia social, numa abordagem associada à museologia social (Moutinho, 2014; Primo, 2014; Chagas, 2011), é oportuna ao abrir a possibilidade do reconhecimento de que a sistematização e replicabilidade de práticas locais de baixo custo e alto impacto social podem ter grande impacto via processos de inovação transformadora (Luiz, 2025; Borges, 2021; Pozzebon, 2015; Dagnino, 2014; Bava, 2004). Do mesmo modo, torna-se fundamental estimular políticas públicas que incorporem essa abordagem, construídas a partir dos próprios museus e de seus processos museais, de maneira a influenciar e inspirar políticas públicas mais amplas em setores estratégicos relacionados aos ODS (Murta, 2021; Pereira, 2018; Simão, 2018; Monteiro, 2016). Esses processos têm o potencial de consolidar os museus como agentes ativos de transformação social e de inovação, e dessa forma gerar impactos positivos nos ODS.

O SOMUS pode aportar seu enfoque na justiça social, na coesão social e na construção da paz, contribuindo de forma direta para os ODS, como aqueles relacionados à redução das desigualdades e à promoção de sociedades pacíficas e inclusivas (ODS 10 e 16). Trata-se de uma contribuição que não se limita à realidade ibero-americana, mas que pode expandir-se para outras regiões em que o SUSTAIN dispõe de maior alcance institucional, a exemplo da África e da Ásia. Ao mesmo tempo, o SUSTAIN, ancorado em uma tradição de inovação e em redes intercontinentais, pode contribuir com grande impacto a partir do fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura do setor museal, em diálogo estreito com o a dimensão dos museus como atores de inovação urbana e resiliência climática (ODS 9, 11, 13).

Ambos os comitês encontram pontos de interseção no ODS 4, que destaca a educação inclusiva e de qualidade, ampliando a relevância dos museus como espaços de aprendizagem ao longo da vida e de promoção de uma cidadania global fundamentada em direitos humanos e diversidade cultural. Essa convergência pode ser ainda mais fortalecida pela atuação conjunta em projetos que cruzem as dimensões de educação, inovação e inclusão social, permitindo que experiências consolidadas em um contexto geográfico sejam apropriadas e ressignificadas em outros. O ODS 5, relativo à igualdade de gênero, se conecta diretamente às agendas educativas e de coesão social promovidas pelos museus. O ODS 8, que trata do trabalho decente e crescimento econômico, pode ser abordado ao se pensar o papel dos museus como motores de economias criativas, geradores de emprego qualificado e promotores de inovação social. Já o ODS 12, sobre produção e consumo responsáveis, pode dialogar com os esforços de sustentabilidade material e simbólica no setor museológico, abrindo espaço para que ambos os comitês colaborem na construção de metodologias e práticas que valorizem tanto os saberes locais quanto os recursos ambientais e culturais.

A construção de sinergias também remete ao ODS 17, dedicado às parcerias, que constitui um eixo essencial para que os dois comitês se articulem em rede, combinando suas vocações específicas para alcançar maior impacto global. A experiência do SUSTAIN na formação de redes multilaterais e na difusão de boas práticas pode dialogar diretamente com a capacidade do SOMUS de mobilizar comunidades e integrar demandas históricas de justiça social em processos institucionais. Dessa forma, o trabalho conjunto se traduz não apenas em alinhamento estratégico, mas em uma prática de cooperação que reforça a centralidade dos museus e da cultura no cumprimento da Agenda 2030.

Referências

- ANI. (2021). *Estratégia Nacional para uma Especialização Inteligente 2030* (p. 121). https://www.ani.pt/media/7676/enei_2030.pdf
- Barcelos, M., & Soares, M. (2021). Prêmio Ibermuseus de Educação: 10 anos promovendo a apropriação do patrimônio e a inclusão no território ibero-americano. *Cadernos do CEOM / Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina*, v. 34, n. 54 (Políticas e práticas de Educação em museus ibero-americanos), 203–210.
- Bava, S. C. (2004). Tecnologia social e desenvolvimento local. Em *Tecnologia social: Uma estratégia para o desenvolvimento* (pp. 103–116). Fundação Banco do Brasil. <https://fbb.org.br/files/14/Livros/>
- Borges, M. de L. (2021). Etnometodologia na Incubação de Coletivos—Guia de Boas Práticas da Tecnologia Social (p. 10). Incubadora de Empreendimentos Solidários da Unilasalle. <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/etnometodologia-na-incubacao-de-coletivos>
- Chagas, M. (2011). Museus, memórias e movimentos sociais. *Cadernos de Sociomuseologia*, 41, 5–16.
- Dagnino, R. (2014). *Tecnologia social: Contribuições conceituais e metodológicas*. SciELO – EDUEPB.
- Declaração da cidade de Salvador, Bahia. (2007). Ibermuseus. <https://www.ibermuseos.org/wp-content/uploads/2014/07/declaracao-da-cidade-de-salvador-bahia-2007.pdf>
- Declaração de Québec. (1984). Princípios de base de uma nova museologia. Ibermuseus. Disponível em <https://www.ibermuseos.org/pt/recursos/documentos/declaracao-de-quebec-1984/>
- Declaración 10º Encuentro Iberoamericano de Museos. El Museo Urgente: Acción para un futuro sostenible. (2022, setembro 28). Programa Ibermuseos. <https://www.ibermuseos.org/wp-content/uploads/2022/10/10eim-declaracion-es-1.pdf>
- ICOM. (2025, 6 de agosto). *ICOM annual report 2024 is now online!* Recuperado de <https://icom.museum/en/news/icom-annual-report-2024-is-now-online/>
- ICOM. (2023, novembro 21). *ICOM creates two new international committees*. International Council of Museums. <https://icom.museum/en/news/icom-creates-two-new-international-committees/>
- Luiz, N. P. (2025). *Museu como Tecnologia Social: reflexões à luz da Sociomuseologia*. Tese de Doutorado. Universidade Lusófona.

- Monteiro, S. F. (2016). Política pública para museus no Brasil: O lugar do sistema brasileiro de museus na política nacional de museus. [Tese de Doutorado]. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Moutinho, M. C. (2014). Definição evolutiva de Sociomuseologia: Proposta de reflexão. Cadernos do CEOM - Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, 41, 423–427.
- Murta, M. (2021). As dimensões da cultura: a construção de políticas públicas a partir da sociomuseologia na República do Kiribati. Universidade Lusófona.
- Pereira, M. R. N. (2018). Museologia Decolonial: Os Pontos de Memória e a Insurgência do Fazer Museal. [Tese de Doutorado]. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração - Instituto de Educação/3o Ciclo de Museologia.
- Pozzebon, M. (2015). Tecnologia Social: A South American View of the Regulatory Relationship between Technology and Society. Em F.-X. de Vaujany, N. Mitev, G. F. Lanzara, & A. Mukherjee (Eds.), *Materiality, Rules and Regulation: New Trends in Management and Organization Studies* (pp. 33–51). Palgrave Macmillan UK. https://doi.org/10.1057/9781137552648_2
- Primo, J. S. (2014). O social como objecto da museologia. Cadernos de Sociomuseologia, 47(3), 5–28.
- Quirós Fernández, F. (2005). The MacBride Report 25 Years Later: The proposal the First World refused to accept. Quaderns del CAC, 71–74.
- Simão, M. (2018). A presença africana e afro-brasileira nos museus de Santa Catarina [Tese de Doutorado]. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- UN. (2015a). *The 17 Sustainable Development Goals (SDGs)*. United Nations (UN). Department of Economic and Social Affairs. <https://sdgs.un.org/goals>
- UN. (2015b). *The 2030 Agenda for Sustainable Development («Transforming our World»)*. United Nations (UN). Department of Economic and Social Affairs. <https://sdgs.un.org/2030agenda>
- UNESCO. (1972). *Convenção para a protecção do Património mundial, cultural e natural*. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Paris. <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>
- UNESCO. (2015, novembro 20). *Recomendação referente à Protecção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247152>